

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (EM REAIS)				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (EM REAIS)				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (EM REAIS)							
Ativo	Nota	31 de dez. de 2024	31 de dez. de 2023	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31 de dez. de 2024	31 de dez. de 2023	Receita Operacional Bruta	Nota	01/jan./24 a 31/dez./24	01/jan./23 a 31/dez./23	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Em Reais Períodos	01/jan./24 a 31/dez./24	01/jan./23 a 31/dez./23
Circulante		38.541.843,65	34.168.499,77	Circulante		9.872.450,64	5.779.862,18	Receita de Locação de Bens		3.345.714,83	3.425.979,61	Operacionais			
Caixa e Equivalentes de Caixa – sem restrição	3	8.178.454,66	5.706.254,21	Fornecedores		226.967,74	412.009,91	Receitas de Donativos				Superávit do Período		3.893.576,42	3.143.442,99
Caixa e Equivalentes de Caixa – com restrição	3	7.087.831,50	3.292.485,03	Obrigações Fiscais		75.309,91	57.739,37	Recebidos		9.070.308,86	2.735.037,84	Ajustado por:			
Títulos e Valores Mobiliários	4	21.766.232,02	22.513.960,36	Ordens e Encargos				Receitas de Gratuitades	12	8.306.897,01	8.223.269,54	Depreciação/Amortização		286.951,03	228.578,78
Contas a Receber		424.920,77	282.823,72	Sociais	8	2.463.226,80	1.989.460,33	Receitas Taxa Administrativa		1.548.292,62	1.307.818,98	Provisões para Contingências		(755.307,67)	282.077,60
Créditos com empregados		159.525,79	244.744,59	Outras Obrigações		19.114,71	28.133,70	Outras Receitas Operacionais		1.506.596,11	1.748.594,39	Férias e Encargos a Pagar		(278.755,45)	225.935,48
Créditos com fornecedores		492.115,60	969,58	Recursos de Projetos em Execução	9	7.087.831,48	3.292.518,87	Gratuidades Concedidas	12	(8.306.897,01)	(8.223.269,54)	Resultado Ajustado		3.146.464,33	3.880.034,85
Despesas Antecipadas		28.760,90	28.340,56	Não Circulante		1.204.049,99	1.959.357,66	Resultado Operacional das Atividades		15.470.912,42	9.217.430,82	(Aumento)/Redução nos Ativos:			
Créditos a receber	5	404.002,41	2.098.921,72	Contas a Pagar		44.451,57	44.451,57	Despesas Operacionais				Contas a Receber		(142.097,05)	30.066,15
Não Circulante		45.780.990,85	42.923.477,52	Provisão Para Contingências	10	1.159.598,42	1.914.906,09	Despesas Financeiras		(3.182,57)	(14.055,03)	Títulos e Valores Mobiliários		747.728,34	167.966,47
Realizável a Longo Prazo		85.500,00	37.500,00	Patrimônio Líquido		73.246.333,87	69.352.757,45	Receitas Financeiras		2.757.077,72	3.210.927,48	Adiantamentos a Terceiros		(405.927,22)	(125.871,05)
Caucões		85.500,00	37.500,00	Patrimônio Social	11	69.352.757,45	66.209.314,46	Outras Receitas/(Despesas) operacionais		(44.150,50)	(900.290,20)	Outros Direitos Realizáveis		1.646.498,97	(86.139,53)
Investimentos		1.090.080,00	603,49	Superávit do Período		3.893.576,42	3.143.442,99	Superávit do Período		3.893.576,42	3.143.442,99	Aumento/(Redução) dos Passivos:			
Imobilizado	6	44.605.410,85	42.851.023,74	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		84.322.834,50	77.091.977,29	Despesas Administrativas		(14.287.080,65)	(8.370.570,08)	Fornecedores		(185.042,17)	(1.852.916,37)
Intangível	7	-	34.350,29					Despesas Financeiras		(3.182,57)	(14.055,03)	Obrigações Fiscais e Tributárias		17.570,54	4.652,54
Total do Ativo		84.322.834,50	77.091.977,29					Receitas Financeiras		2.757.077,72	3.210.927,48	Obrigações Sociais e Trabalhistas		752.521,92	196.682,46
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.															

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (EM REAIS)

Nota 1. Estrutura Institucional e Objetivos (Informações Gerais). O Pão dos Pobres de Santo Antônio ("Entidade") é uma Fundação Diocesana pessoa jurídica de direito privado, sediada em Porto Alegre – RS, sem fins lucrativos, tem como finalidade manter uma entidade beneficente de atendimento socioeducativo integral à criança e ao adolescente empobrecido e em situação de vulnerabilidade pessoal e social, estabelecimentos anexos e outras obras de caridade, na medida de seus recursos. Entre os estabelecimentos anexos, poderá manter a Fundação Instituições de ensino primário, secundário e de aprendizagem profissional, abertas à criança e ao adolescente em geral, visando sempre o atendimento socioeducativo. Poderá manter também Escola ou Centro de Pesquisa e Educação Profissional para atuar nos níveis básicos, técnico e tecnológico, cuja oferta de cursos se adequará às demandas sociais, ao mercado de trabalho, ao mundo do trabalho e à legislação pertinente. Foi declarada entidade de utilidade pública nos níveis federal, estadual e municipal. Quanto à imunidade das contribuições sociais, como entidade filantrópica educacional e de assistência social, a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) vem sendo obtida dentro dos critérios estabelecidos pela Lei Complementar 187/2021 e pelo Decreto 11.791/2023. A Entidade realizou processo tempestivo de renovação tombado sob o nº 308796.10446281/2024, junto ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS, em 21/10/2024. Mantém-se a regularidade da certificação CEBAS referente processo nº 235874.0106647/2020, conforme Portaria nº 49/2022, publicada no Diário Oficial da União em 25/05/2022, com validade de 01/01/2021 a 31/12/2024, emitida pelo Ministério da Cidadania, até o desfecho da renovação, quando será substituído. **Nota 2. Resumo das Principais Políticas Contábeis.** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.1 Base de Preparação.** As demonstrações financeiras da Entidade foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas, conforme disposto na NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, do Conselho Federal de Contabilidade, bem como a ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade. As demonstrações financeiras da O Pão dos Pobres de Santo Antônio, foram aprovadas pela Administração em 10 de abril de 2025. **2.2 Contexto da Enchente.** Em 2024, a Fundação enfrentou um grande desafio devido à enchente que atingiu o estado do Rio Grande do Sul, causando danos significativos em nossa estrutura e impactando diretamente nossas atividades. A força das águas inundou toda a área térrea de nossas instalações, comprometendo a segurança e a funcionalidade do espaço utilizado para acolher e atender crianças e adolescentes. Diante dessa situação, tivemos que agir rapidamente. Nossa prioridade foi garantir a segurança de todos, o que nos levou a transferir as crianças e adolescentes para um espaço provisório, enquanto buscávamos soluções para os danos causados pela enchente. Essa mudança exigiu uma grande mobilização de esforços, envolvendo nossa equipe, voluntários e parceiros que, juntos, ajudaram a criar condições adequadas no novo local temporário. Apesar das dificuldades, o trabalho conjunto e a solidariedade que emergiram desse período foram fundamentais para superarmos esse momento. O comprometimento de todos está permitindo não apenas reerguer a fundação, mas também fortalecer nosso propósito de oferecer um ambiente acolhedor e de proteção para crianças e adolescentes, independentemente das adversidades. **2.3 Caixa e Equivalentes de Caixa.** Estão representados por numerário em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **2.4 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa** Os valores baixados como perdas no exercício correspondem a títulos com vencimento até o exercício anterior, sem perspectivas de recebimento e a provisão constituída foi a média de perdas dos últimos três exercícios, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos. **2.5 Imobilizado.** O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, com base nas taxas mencionadas na Nota 6. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. **2.6 Apuração do Resultado.** O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. **2.7 Redução ao Valor Recuperável de Ativos.** A Entidade revisou os valores contábeis de seus ativos, para apurar se há indicação de perda do valor recuperável, conforme estabelece o CPC 01 (R1). Não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado.

Nota 3. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Caixa e Bancos	383.537,51	225.476,61
Aplicações Financeiras – sem restrição	7.794.917,15	5.480.777,60
Aplicações Financeiras – com restrição	7.087.831,50	3.292.485,03
Total	15.266.286,16	8.998.739,24

Nota 4. Títulos e Valores Mobiliários

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Banrisul S.A.	8.386.883,89	10.488.654,05
Banco do Brasil	557,84	-
XP Investimentos	12.364.405,09	11.250.702,59
Caixa Econômica Federal	1.014.385,20	774.603,72
Total	21.766.232,02	22.513.960,36

Os valores estão aplicados em CDBs que remuneram à taxa de 99% a 110% do CDI, em fundos de investimentos em renda fixa e ações, ambos com liquidez imediata.

Nota 5. Créditos a Receber

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Função a Receber	-	1.153.084,41
Recursos de Parcerias em Projetos	-	517.885,69
Aluguéis a Receber	191.104,25	213.534,62
Demais Contas a Receber	212.898,16	214.417,00
Total	404.002,41	2.098.921,72

DIRETORIA E CONTADOR				PARECER DO CONSELHO FISCAL			
Ir. Albano Thiele – Diretor Geral CPF 165.914.889-87		Ir. Flávio Azevedo – Diretor Administrativo CPF 578.039.350-87		O Conselho Fiscal da Fundação Diocesana O Pão dos Pobres de Santo Antonio, Associação Civil de Direito Privado, cumprindo com o disposto no ESTATUTO, conforme Art.21, Item III, examinou o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado (Superávit ou Déficit), e demais relatórios contábeis, bem como o relatório anual circunstanciado, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 e, com base no parecer dos Auditores Independentes datado de 10 de Abril de 2025, somos de parecer favorável à sua aprovação.			
Felipe Moreto Demetrio – Contador CRC-RS 071108/O				Alfredo Eufrazio Bilo CPF 136.139.870-15		Lucinei José Hanauer CPF 000.822.330-04	
						Brial Amim Allem CPF 003.695.350-49	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, Conselheiros e Mantenedores de **O Pão dos Pobres de Santo Antônio** Porto Alegre - RS

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da **O Pão dos Pobres de Santo Antônio** ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **O Pão dos Pobres de Santo Antônio** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro.

Base para Opinião.
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras.
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 10 de abril de 2025.

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES PORTO ALEGRE S/S
CRC-RS Nº 005867/O-2
Flávio José dos Santos
Contador CRC-PR Nº 053251/O-8 T/RS